



CÁRITAS BRASILEIRA
REGIONAL MINAS GERAIS

Espaço de Direito e Cidadania

Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Agroecológica no Município de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas.

Belo Horizonte

Junho 2014



1 –Dados Institucionais

. ENTIDADE PROPONENTE			
Nome	Caritas Brasileira Regional MG		
CNPJ	33.654.419/0008-92		
Forma Jurídica	Organização Não Governamental ONG		
Endereço	Rua Fornaciari 129, Bairro Pedro II		
Cidade/UF	Belo Horizonte		
CEP	30770-010		
DDD/Fone/Fax	31 -3412 8743		
E-mail	caritasmg@caritas.org.br		
. REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE (incluir um quadro para cada representante)			
Nome	Rodrigo Pires Vieira		
CPF	819762326-00	Identidade / Órgão Expedidor	MG. 5.328.940
Estado Civil	Casado	Profissão	Engenheiro Agrônomo
Cargo	Secretário Regional	Final do Mandato	Dezembro de 2017
Endereço	Rua Nair Pentagna Guimarães 300 - Bl 12 - Apt 104 - Bairro Heliópoles		
Cidade/UF	Belo Horizonte		
CEP	31745-541		
DDD/Fone/Fax	31 3494-7710	DDD/Celular	(31) 8424-1727
E-mail	rodrigo@caritas.com.br		

2- Apresentação da entidade Proponente

A entidade proponente deste projeto é a Caritas Brasileira Regional Minas Gerais, fundada em 8 de março de 1989, e é uma das regionais integrantes da Caritas Brasileira. Nacionalmente, a Caritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e uma das 162 organizações-membro da Rede Caritas Internacional, de atuação social e humanitária, presente em 200 países e territórios.

A Caritas Brasileira possui a missão de “Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social”. Como diretriz geral de

ação, a entidade se compromete com a construção do Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática.

No decorrer da sua história, a Caritas Brasileira vem promovendo ações para efetivação dos direitos humanos e do desenvolvimento solidário e sustentável, tendo como diferencial a articulação entre a teoria e a prática, uma vez que o trabalho cotidiano vivenciado junto às comunidades é o principal subsídio para a formulação teórica. Nas iniciativas práticas, revela-se a construção de uma concepção de desenvolvimento participativa e multidimensional (dimensões ambiental, econômica, política, social e cultural), que não se “restringe” ao crescimento econômico como condição única e suficiente para promover a melhoria da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em Minas Gerais, a Caritas Regional é composta por 14 entidades membros e possui atuação em sete regiões do Estado: Vale do Jequitinhonha, Norte, Zona da Mata, Noroeste, Vale do Aço, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

3 Áreas de atuação temática em Minas Gerais

Programa Economia Popular Solidária

Há 20 anos a Caritas Brasileira Regional Minas Gerais fomenta iniciativas de Economia Popular Solidária com agricultores familiares, grupos formais e informais, associações, cooperativas e empresas autogestionárias, das quais se destacam as seguintes ações:

- O trabalho realizado atualmente com 17 redes de produção agroecológica, comercialização e consumo, por meio do programa “Marcas e Rede de Comercialização”. Este programa atua em oito regiões do Estado de Minas Gerais, a partir da criação de marcas regionais para comercialização de produtos da Agricultura Camponesa Agroecológica. Entre as atividades desenvolvidas pelo programa estão a organização da produção; a assistência técnica e social; e a capacitação dos agricultores em práticas de manejo agroecológico e estratégias de comercialização em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- A estruturação de uma Rede de Trocas de Sementes, através do apoio à construção de “Casas de Sementes Comunitárias” (até o momento já existem 16 casas construídas) e à implementação de ensaios e campos de sementes. Vale ressaltar ainda a realização do “Encontro Anual de Trocas de Sementes” e da “Campanha Semente da Gente”, que visam discutir com a sociedade os riscos da utilização de sementes transgênicas e a importância de se resgatar e valorizar as sementes crioulas e os alimentos produzidos a partir delas.
- O fortalecimento de Feiras Livres, espaços importantes para comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, com vendas diretas que reforçam a relação do produtor com o consumidor. As feiras livres também contribuem para o fortalecimento da cultura popular e o desenvolvimento local, pois garante a comercialização da produção local na própria região. Neste sentido, a renda gerada pelos produtos locais fica no município, uma vez que os feirantes se tornam consumidores quando acabam de vender os seus produtos.
- A implementação dos Fundos Rotativos Solidários (FRS), que são sistemas de crédito constituídos a partir da mobilização de recursos materiais e financeiros de pessoas, famílias, grupos e comunidades, complementados por recursos externos (organizações não governamentais, Campanhas e/ou recursos públicos), geridos de forma coletiva e ancorados na metodologia da confiança compartilhada. Os FRS consistem na união de um grupo que assume coletivamente a responsabilidade pelo Projeto Coletivo e pela restituição dos valores/produtos financiados pelo Fundo. Dessa forma, garante-se o acesso ao crédito/bens/serviços de maneira rápida e sem burocracia, possibilitando que as famílias desenvolvam suas atividades com a melhoria da qualidade de vida.

Ao desenvolver e articular um conjunto de iniciativas e experiências concretas, a Economia Popular Solidária vem se consolidando também enquanto um movimento de luta e resistência às práticas predatórias de um modelo de desenvolvimento capitalista que acentua as desigualdades sociais e econômicas. Com o intuito de fortalecer este movimento, a Caritas Brasileira Regional Minas Gerais participa e apoia a consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e também do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável solidário endógeno, a partir da implementação de ações que são orientadas por quatro bandeiras de lutas principais: 1) Articulação das redes e cadeias produtivas solidárias; 2) Finanças Solidárias; 3) Formação e consciência crítica dos empreendimentos

econômicos solidários; 4) Construção de um Marco Legal (tributário, sanitário e jurídico) apropriado aos empreendimentos econômicos solidários.

Programa Semiárido Mineiro

O Semiárido Mineiro corresponde a 34% do território do Estado de Minas Gerais e apresenta dados preocupantes relativos à educação, saúde, mortalidade infantil e longevidade, somente comparados a países com ínfimo nível de desenvolvimento econômico. A Cáritas Brasileira Regional Minas tem contribuído para transformar esta realidade adversa das famílias empobrecidas do Semiárido, atuando de diversas formas na região: realização de campanhas de solidariedade nos momentos emergenciais de calamidade pública, que agravam a situação estrutural de miséria e pobreza; desenvolvimento de ações permanentes de formação e de apoio às organizações comunitárias; implementação de iniciativas comunitárias de geração e melhoria de renda (com os projetos alternativos comunitários); disseminação de técnicas apropriadas de manejo de recursos hídricos; prestação de assistência técnica e social e apoio às ações de segurança alimentar e nutricional das famílias; formação de agentes de mobilização social; participação efetiva nos fóruns, articulações e redes de desenvolvimento regionais; estímulo e apoio à comunicação popular; gestão participativa dos recursos hídricos; e apoio (financeiro e material) para construção de pequenos reservatórios de água de chuva e para manutenção, recuperação e preservação de mananciais e reservatórios hídricos para o abastecimento familiar e comunitário.

Espaços de Articulação

Em Minas Gerais, a Cáritas tem desenvolvido suas ações em parceria com as seguintes articulações, redes, mobilizações e conselhos:

- Conselho Estadual de Economia Popular Solidária,
- Conselho Estadual de Assistência Social,
- Assembleia Popular,
- Fórum das Pastorais Sociais,
- Fórum Mineiro de Economia Popular e Solidária,
- Articulação no Semiárido Mineiro,
- Frente de Defesa da Criança e do Adolescente,
- Comitê Gestor da Criança e do Adolescente do Semiárido,

- Comitê Gestor do Programa Água Para todos em Minas Gerais,
- Via Campesina,
- Articulação Mineira de Agroecologia,
- Rede Mineira da Agrobiodiversidade,
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e
- Campanha Permanente contra o Uso dos Agrotóxicos

Apoiadores

A cooperação de diferentes instituições tem sido um elemento fundamental para o desempenho de atividades de formação, de informação e de qualificação dos processos de construção da cidadania, seja de forma pontual ou continuada, favorecendo a complementaridade das ações. Atualmente, a Caritas Brasileira Regional Minas Gerais conta com os seguintes apoiadores:

Estaduais: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Instituto Mineiro de Gestão das águas de Minas Gerais (IGAM); SEDEVAN/IDENE; 14 Cáritas Diocesanas; CNBB Leste II e Vicariato Social da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Nacionais: Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA – Brasil); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); BNDES; Fundação Banco do Brasil e Petrobrás.

4- Justificativa

Em conversa com as lideranças dos agricultores que permaneceram no campo em Conceição do Mato Dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas nos foi colocado que hoje eles vêm sofrendo grandes obstáculos para permanecerem na terra que vão desde a questão da água, pois muitas das nascentes estão nas terras adquiridas pelas mineradoras, como estradas que foram interrompidas para a exploração do minério.

No campo da geração de renda um dos maiores obstáculos apontadas pelos agricultores é a inexistência em larga medida de infraestruturas de beneficiamento de produtos agrícolas. Por sua vez, grande parte das unidades agroindustriais existentes – principalmente as de porte familiar – apresentam-se de forma incompatível com as condições de trabalho e produção necessárias para

atender com agilidade e qualidade a demanda das famílias usuárias, estando absolutamente inadequados, obsoletos e incompletos os padrões de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de processamento em geral, de empacotamento e armazenagem.

Configura-se, não raramente, situações de baixa qualidade nos processos de transformação e dos produtos finais, sendo necessário a construção ou melhorias nas edificações dentro de critérios essenciais para o devido enquadramento na legislação sanitária e fiscal em vigor, ainda nos foi exemplificado que nestes municípios, que culturalmente, estão numa região privilegiada em relação a cultura dos queijos mineiro, região essa que faz divisa com Serro que é polo reconhecido no Brasil como referência na produção de queijo. E, são poucas unidades de produção de queijo certificada pela Vigilância Sanitária, sendo que a maioria do queijo produzido no município é “clandestino ilegal”.

A precariedade física, sanitária e tecnológica das estruturas existentes, somada à desinformação acerca de práticas adequadas de fabricação e higiene, ao gerar riscos de contaminação dos alimentos acaba contribuindo para aumentar a insegurança alimentar e nutricional das famílias. Ademais, essa situação, ao precarizar o trabalho, acaba por impedir a reprodução dos hábitos e dietas alimentares saudáveis, gerando perda de autonomia na provisão local de alimentos e dificultando a agregação de valor econômico à produção primária, levando muitas famílias a abandonar as atividades de beneficiamento dos seus produtos.

Vale ressaltar ainda, que em decorrência dos problemas mencionados, as famílias acabam não conseguindo inserir satisfatoriamente seus produtos nos mercados locais e nos programas e equipamentos públicos de abastecimento e de promoção da segurança alimentar e nutricional, reforçando e reproduzindo uma condição de marginalidade econômica e social e de dependência maior para com as políticas de transferência de renda. Em parte, isto se deve também à incapacidade das famílias individualmente em responder aos desafios relacionados à escala de fornecimento, ao acesso à logística de transporte e à regularidade e volume de produção de matéria-prima. Assim, essa avaliação aponta para a necessidade de se operar em uma visão de cadeia produtiva, incorporando intervenções diversas que articulem os processos de produção, beneficiamento e distribuição do produto final.

O projeto visa garantir o acesso das famílias, a assistência técnica para produção agroecológica ao crédito para produção, às infraestruturas agroindustriais de uso comunitário em conformidade com os padrões técnicos compatíveis com as necessidades das mesmas e com as normas em



vigor, bem como, capacitar as mesmas em temas cruciais como a gestão coletiva desses empreendimentos, segurança alimentar e nutricional, integração das atividades de produção agrícola e beneficiamento numa perspectiva agroecológica e organização coletiva da distribuição.

Além da função de resgate de uma dívida social causada pela mineração, o presente projeto se justifica também pela expectativa de produção de alimentos visando movimentar os mercados municipais e a resgatar, valorizar e regularizar a produção histórica da região como as quitandas os doces e os queijos, que estão condenados pela vigilância sanitária.

Acredita-se também na execução com êxito do presente projeto, uma vez que será integrado no âmbito do mesmo, estratégias de comercialização, como o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar e Compra Antecipada da Agricultura Familiar e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e a melhoria das Feiras Livres que ocorrem nestes municípios transformando – as num lugar de todas as trocas: de dinheiro, de cultura de bens, de informações de afeto de cidadania. Nos centros urbanos é o espaço por excelência da pequena produção e da agricultura familiar. Mas queremos que as feiras livres destes municípios seja para além de ser o lugar das vendas, o ponto do encontro, das articulação políticas, das manifestações culturais, da amizade, do namoro, de reprodução da identidade e da cultura dos agricultores e agricultoras um espaço de cidadania e de esclarecimentos sobre os direitos da população.

5-Objetivos:

5.1-GERAL

Promover a Segurança Alimentar e Nutricional e a Economia Popular Solidária para os Agricultores e Agricultoras familiares de Conceição do Mato Dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas, a partir dos princípios da sustentabilidade agroecológica, da promoção da cidadania e da solidariedade, resgatando a cultura destas populações e fortalecendo suas organizações.

5.2-ESPECÍFICOS

- Gerar sistemas produtivos diversificados e em acordo com a diversidade sócio-cultural-ambiental e os hábitos alimentares locais, para autoabastecimento e melhoria da dieta dos agricultores e agricultoras;
- Capacitar grupos de produção e agentes comunitários em práticas de produção agroecológica, metodologias de educação popular e segurança alimentar e nutricional;
- Prestar apoio técnico, gerencial e organizacional, estimulando as formas de cooperação produtivas (associação, cooperativas ou Grupos Coletivos de Produção - GCP).
- Difundir e estimular a adoção de tecnologias sociais para a produção agroecológica de alimentos, a produção e uso de sementes crioulas para promover a preservação e conservação dos ecossistemas; assim como a independência de insumos externos.
- Promover a melhoria nas condições de produção e comercialização dos produtos de agricultores (as) familiares visando a comercialização na feira de Conceição do Mato Dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas ,transformando o espaço da feira, num espaço de conquistas de cidadania e direitos, de estímulo à geração de renda, ocupação, de promoção da cultura, de abastecimento urbano e conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida elevando a circulação de riquezas dentro do município.
- Apoiar a difusão da metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, como instrumento para geração de trabalho nas comunidades rurais na perspectiva, do fomento ao desenvolvimento local solidário e sustentável.
- Estimular a agroindustrialização dos produtos visando a ter unidades de processamentos de queijos, doces e quitandas em conformidade com as normas da vigilância sanitária de modo a preservar e garantir os saberes e cultura da culinária local.
- Capacitar agricultores e agricultoras para acessar políticas públicas de acesso as compras públicas (PAA e PNAE).
- Criar um fundo de apoio a projetos para implementação de projetos produtivos como: hortas lavouras, pequenos animais, pequenas agroindústrias, recuperação de nascentes, melhoria da feira e das condições de comercialização.

6- Metas e Metodologia

6.1-Meta 1- Prestar Assistência Técnica e Social (ATES) as 33 comunidades

Queremos desenvolver uma consciência acerca do nível de complexidade que circundam estas áreas nos campos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Sobretudo, precisamos estimular processos de mudanças sociais com vistas a melhorias de condições de vida, do desenvolvimento da produção, e da conservação ambiental a partir de ações e iniciativas organizadas, em que os trabalhadores e as trabalhadoras

possam exercer seu protagonismo e sua capacidade de empoderamento de novos processos para mudanças necessárias, com enfoque de gênero e geração.

Técnicos vão ter uma postura pedagógica. Pedagogia no duplo sentido e numa perspectiva freireana na qual todo processo de ensino-aprendizagem pressupõe uma relação de troca e de autoconhecimento. Todo ato pedagógico de ensinar pressupõe aprender algo.

Nesse caso, é preciso saber lidar com firmeza e humildade. Respeitar o conhecimento popular sem reproduzir os preconceitos nas relações de gênero e geração.

Para isto, as experiências dos agricultores e das agricultoras devem ser valorizadas.

As novas demandas colocadas para a agricultura familiar e camponesa estão voltadas para a agroecologia, mercado justo e solidário, cooperativismo, agregação de valor e políticas sociais e econômicas com enfoque de gênero e geração.

Acima de tudo, um profissional de ATES deve dominar os conteúdos pertinentes a sua área de conhecimento com destreza e sabedoria voltadas para a perspectiva do desenvolvimento rural Sustentável e Solidário. Os desafios colocados para agricultura familiar baseiam-se, justamente, na necessidade de fortalecimento deste segmento produtivo, na valorização do seu trabalho e no produto gerado por ele, a partir dos princípios da sustentabilidade socioambiental.

Considerando isto, o trabalho de ATES deve:

- Reconhecer a heterogeneidade própria do segmento reconhecido como agricultura familiar (pequenos agricultores, sítiantes, posseiros etc.);
- Perceber a capacidade de empoderamento dos agricultores (as);
- Estimular a adoção e consolidação de práticas produtivas sustentáveis, principalmente relacionadas à proteção e reprodução das sementes crioulas;

- Possibilitar o acesso aos mercados justos e solidários;
- Orientar em processos participativos, modelos de gestão e associativismo que levem à agregação e valor dos produtos e reconhecimento do trabalho familiar com enfoque de gênero e geração;
- Melhoria das técnicas de produção com a eliminação da superexploração do trabalho familiar e valorização das práticas ambientalmente sustentáveis;
- Facilitar o acesso às políticas públicas econômicas, sociais e ambientais que levem à melhoria de vida sócio-ambiental e produtiva da família como um todo, considerando o enfoque de gênero e geração.

O trabalho de ATES irá desenvolver um eixo condutor entre todas as atividades de capacitação e elaboração de processos horizontalizados e participativos, com ênfase nas vivências e na socialização de conhecimentos adquiridos e de experiências agricultores/as e dos/as técnicos/as.

A nossa estratégia para execução destes trabalhos se dará com debates nos núcleos de famílias e com as associações dos/as agricultores/as visita aos lotes, capacitação e formação, visitas técnicas a outras experiências de produção em Minas Gerais e em outros Estados.

As atividades serão desenvolvidas numa perspectiva agroecológica, trabalhando o agroecossistema, suas interações, potencialidades e limites. O uso de recursos locais, o baixo uso de insumos externos, a interação agricultura- pecuária, o incremento da biodiversidade dos sistemas produtivos, os sistemas agroflorestais e a recuperação de ecossistemas degradados ou em degradação são premissas de todas as atividades de capacitação.

Objetivos da ATES:

- Motivar a comunidade na gestão do seu próprio desenvolvimento;
- Informar e trocar conhecimentos;
- Desenvolver espírito associativista e estimular a cooperação mútua;
- Exercitar a habilidade de pensar e falar em grupo;
- Avaliar os trabalhos e métodos realizados;
- Fortalecer as formas organizacionais existentes;
- Planejar participativamente;
- Despertar interesse do público para aspectos específicos ou gerais.

A reunião nunca é realizada isoladamente, faz parte de uma estratégia, sendo parte de uma combinação de outros métodos e meios de comunicação. Na ação extensionista o método também ocorre em situações com objetivos mais amplos como:

- Estudo de comunidade;
- Planejamento participativo;
- Avaliação e/ou apresentação dos planos de trabalho para autoridades e lideranças.
- Poderão ocorrer ocasiões em que será necessário recorrer a técnicas de condução de grupos mais com estruturas de desenvolvimento bem definidas, tais como:
 - Encontro;
 - Palestra;
 - Mesa redonda;
 - Seminário;
 - Simpósio, etc.
 - Técnicas de condução: chuva de idéias; análise de problemas; grupos de trabalho; teatralização, rodas de conversas, etc.

Dias de Campo (DC)

Definição: este método tem como principal característica mostrar práticas, técnicas agropecuárias, cultivos, variedades, técnicas de manejo adaptadas à realidade dos agricultores.

Objetivo: Mostrar na prática o resultado de experimentos, ensaios, variedades, técnicas de produção em sistemas comparativos com as técnicas tradicionais. Iremos realizar ao longo do projeto, 33 (trinta e três) dias de campo, um dia de campo em cada comunidade.

Utilização:

- Difusão de resultados experimentais de investigação;
- Divulgação de novas variedades;
- Validação de tecnologias;
- Trocas de experiências;
- Apresentação de resultados.
- Levantamento de novas propostas de trabalho.

É uma metodologia que permite a apresentação de resultados experimentais a campo, a observação por parte dos agricultores e a troca de informações com os técnicos pesquisadores e outros agricultores.

A equipe técnica de ATES adotará os princípios da educação popular em todos os níveis de atuação e com todos os grupos familiares envolvidos. Como processo, é nossa prática: sensibilização e reorganização dos grupos em torno da proposta, envolvimento dos/as educadores/as (diretamente envolvidos no dia a dia ou pontualmente na atividade) no projeto; envolvimento de educadores/as técnicos agrícolas que atuam nas comunidades e nos empreendimentos e outros profissionais locais que atuam na ATES; Realização dos eventos propostos de qualificação profissional e troca de experiência com outros grupos que atuam na área de capacitação proposta.

Nossa metodologia leva em consideração a cultura camponesa, a diversidade, à participação equitativa de homens e mulheres, a inserção da juventude, o aprender fazendo, o aprender a aprender, envolvendo os vários aspectos da formação humana desde as condições objetivas em que se encontram os trabalhadores em cada curso, cada grupo, cada participante e os aspectos pedagógicos que são construídas pelos participantes com apoio da coordenação e assessoria de cada atividade.

O método pedagógico tem como ponto central que a formação é feita pela própria prática dos/as sujeitos envolvidos no processo. Nossa caminhada nas diversas atividades formativas que realizamos nos ajuda a identificar alguns ou aspectos básicos desta construção.

Nesta lógica, os princípios pedagógicos do trabalho são:

1. Relação entre prática e teoria,
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação,
3. A realidade como base da produção do conhecimento,
4. Conteúdos formativos socialmente úteis,
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho,
6. Vínculos orgânicos entre processos educativos e processos econômicos,
7. Vínculo orgânico entre educação e cultura,
8. Gestão democrática e
9. Auto-organização dos/das participantes

6.2-Meta 2 - Formação e capacitação das 33 comunidades envolvidas no programa.

Realização dos Seminários de Planejamento (no início), monitoramento (no meio) e Avaliação (no final)

Objetivos: Serão realizados com a participação das organizações e instituições envolvidas no Programa, Agentes Locais, representantes das comunidades. O Seminário de Lançamento terá por objetivo apresentar o programa, sensibilizar e envolver os participantes. Os participantes dessa atividade terão o compromisso de realizar, no período seguinte, assembleias em cada comunidade, para o repasse das informações, a formalização dos grupos coletivos para a elaboração dos sistemas produtivos a serem implantados em cada área.

O seminário de monitoramento será realizado no meio do projeto (2º ano) visando replanejar a execução do projeto a partir de uma avaliação da execução. No seminário final o Programa será avaliado por todos os envolvidos no Programa, principalmente pelas famílias representantes das áreas.

Conteúdo programático Seminário Inicial:

- Compartilhar com os participantes as premissas do programa, objetivos, normas e procedimentos;
- Estabelecer prazos e calendário de atividades;
- Fazer o planejamento da execução do projeto;
- Eleger os representantes da comissão de avaliação de projetos e do fórum gestor;
- Proporcionar um momento de formação política.

Conteúdo do seminário de monitoramento:

- Avaliar o andamento do projeto,
- Avaliar o acompanhamento dos técnicos,
- Discutir sobre a implementação dos projetos produtivos e
- Replanejar as ações do projeto.
- Proporcionar um momento de formação política.

Conteúdo programático Seminário Final:

- Apresentação dos resultados,

- Avaliação das atividades executadas e
- Planejamento das ações de continuidade do Programa.
- Proporcionar um momento de formação política.

Oficinas Comunitárias de Formação.

Serão 99 (noventa e nove) oficinas, sendo 3 (três) em cada uma das 33 (trinta e três) comunidades e contarão com 30 pessoas cada encontro.

Objetivos: O objetivo principal é capacitar os representantes das comunidades em práticas agroecológicas, metodologias populares para trabalhos comunitários, cooperativismo e associativismo, mobilização social, elaboração de projetos produtivos a, agroindustrialização além de outros procedimentos para o desenvolvimento do Projeto. A concepção do processo de formação/educação consiste em garantirmos uma alternância nas atividades, onde logo após a realização de cada curso municipal os agentes, reproduzam através de oficinas locais em cada comunidade. Esta metodologia garante um processo de alternância entre atividades teóricas e práticas, aperfeiçoando os momentos de formação/educação, envolvendo todos os sujeitos da ação e garantindo momentos de avaliação e monitoramento.

Promoção de Intercâmbio

Serão realizados três intercâmbios sendo um por ano com 40 pessoas por intercâmbio

Objetivo: Propiciar as famílias envolvidas no projeto a conhecer experiências de outras regiões que vem dando certo e que podem contribuir com o processos de implantação dos projetos produtivos.

Boletim de sistematização de experiências

Objetivo: publicação contando a história e as experiências importantes de cada comunidade para serem divulgadas na feira na cidade de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim Alvorada de Minas e em outros espaços que possam fortalecer o projeto.

Boletim Informativo

Objetivo: publicação de distribuição anual aos parceiros do Programa e que abordará a temática de segurança alimentar, agroecologia, economia solidária, etc, além de novidades e informações. Será enviado também por correio eletrônico.

Reproduções de cartilhas educativas

Objetivo: As cartilhas serão confeccionadas em cinco volumes, com temas diversos, oferecendo subsídios teóricos e técnicos ao assunto abordado, além de experiências exitosas e bibliografia complementar. Os cinco volumes serão distribuídos dentro de uma programação pedagógica nas comunidades.

Folders

Objetivo: O objetivo do folder é divulgar o Programa através de uma visão abrangente e rápida. Meio de divulgação de baixo custo para ampla distribuição: mala direta, feiras e eventos em geral.

6.3-Meta 3 - Implantar e estruturar sistemas coletivos de produção agroecológica, com base em tecnologias sociais, e estimular o desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e de lazer, por meio de um fundo de apoio a projetos socioambientais , produtivos, ambientais .

Desde a década de 1980, a Cáritas vem trabalhando com gestão de fundos de apoio a pequenos projetos, ancorada em uma perspectiva pedagógica não assistencial e sustentada por formas de relações de trocas comunitárias solidárias – próprias das culturas locais, financiadas com recursos da Cooperação Internacional e também de governos Estaduais e Federal. Estes fundos têm trazido transformações muito positivas nas vidas das famílias que acessam os projetos.

Deste modo, propõe-se a criação de um fundo de apoio a pequenos projetos socioambientais coletivos com o objetivo da melhoria da qualidade da dieta alimentar das famílias, para fortalecer os processos coletivos de produção e a geração de renda, bem como estimular o desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e de lazer.

Para subsidiar a elaboração dos projetos será realizado, em parceria com uma Universidade, um estudo sobre a produção, a agroindustrialização e o consumo das escolas, das entidades de assistência social e da feira livre para levantar o potencial de cada comunidade para produção e a comercialização através da feira PAA e PNAE, e também um estudo sobre as nascentes.

A partir destas pesquisas, a comunidade discutirá as propostas apresentadas com sugestão de formação dos grupos coletivos de produção por agrupamento dos produtores por tipo de produção. Exemplo: grupo do leite, das hortaliças, das quitandas, etc..

Estes grupos poderão enviar projetos ao fundo de apoio, sendo que a elaboração das propostas comunitárias de cada área será acompanhada pelas equipes de Assistência Técnica e Social, tanto da Cáritas quanto do Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), respeitando os princípios da educação popular, da agroecologia e da emancipação social. A intenção é montar um sistema em que a geração de renda, a segurança alimentar e a efetivação de direitos sejam promovidos de forma coletiva e assumidos como um compromisso da comunidade.

O acesso ao Fundo será a partir da elaboração de projetos a serem encaminhados à comissão de avaliação dos projetos, que terá representantes da Caritas, do Ministério Público, do Programa Polos, da EMATER, e de lideranças comunitárias eleitas no seminário inicial do programa. Esta comissão tem o papel de analisar cada projeto e verificar a coerência com a proposta apresentada, bem como sua viabilidade social e econômica bem como sua consistência entre o projeto escrito e sua efetivação na prática.

Esta comissão terá no primeiro ano 2 (duas) reuniões de análise, no segundo ano terá 4 (quatro) reuniões de análise e no terceiro ano mais 4 (quatro) reuniões de análise. Tendo o entendimento que em virtude das demandas e das necessidades apresentadas, poderá realizar outras reuniões de análise de projeto caso a própria comissão avalie sua necessidade e pertinência.

Facilitando o acompanhamento local dos projetos, será eleita em cada comunidade uma comissão local que vai auxiliar o técnico na mobilização e formação dos grupos coletivos de produção. Esta comissão local vai ter o papel de auxiliar o técnico na elaboração do projeto, subsidiando de informações. Outro importante papel é acompanhar o andamento do projeto nas comunidades fazendo o controle social dos projetos conjuntamente com os técnicos.

As propostas apresentadas devem contemplar pelo menos um dos seguintes eixos:

EIXO 1: ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS CULTURAIS, ESPORTIVOS, DE LAZER, EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.

Objetivo: viabilizar meios para o fomento de ações culturais, esportivas, de lazer e de educação, a partir da formação de pessoas e/ou grupos (formais e informais) relacionados às ações de apoio a criação de redes de multiplicadores que possam refletir e monitorar as políticas públicas relacionadas à promoção do trabalho digno, ao combate à exploração sexual e ao uso e abuso de drogas.

Foco: (1) formação direcionada para o monitoramento de políticas públicas; (2) capacitação para participação cidadã, autogestão, gestão compartilhada; (3) formação de valores de solidariedade que se contraponham aos valores de relações sociais que acentuam as desigualdades; (4) formação de redes de educadores/as e de agentes de desenvolvimento comunitário; (5) disseminação dos conhecimentos e experiências de educação popular nas várias temáticas voltadas para as desigualdades sociais (trabalho escravo, exploração sexual e demais formas de tráfico humano); (7) agrupamentos e coletivos que incentivem a comunicação, a cultura popular, artes em geral. (8) valorização das práticas culturais e geradora de coletivos ligados à arte, ao esporte e ao lazer. (9) Turismo comunitário, (10) Patrimônio Cultural.

Serão apoiados 40 projetos deste eixo, que serão elaborados e acompanhados pelos técnicos do Programa Polos de Cidadania da UFMG.

EIXO 2: PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS PRODUTIVOS

Objetivo: contribuir para que sujeitos, agricultores e agricultoras familiares, possam se inserir em processos e experiências que apontem caminhos para reinserção social e produtiva; disseminação de experimentos de desenvolvimento comunitário por meio da agroecologia e da economia solidária, e da geração de trabalho e renda nas comunidades, autogestão, comércio justo, redes produtivas, fundos solidários.

Foco: (1) formação e incentivo para organização de coletivos de produção e serviços; (2) redes de produção, comercialização e consumo solidários, trocas solidárias, sistemas de marcas e selos de identidade; (3) experiências de processamento da produção – beneficiamento de frutas e

verduras, agroindústrias, de carnes, de leite, de mel, pequenas fábricas de doces, de queijos, artesanatos, dentre outros materiais; (6) experiências de agrofloresta, quintais produtivos e casas de semente; (7) produção agroecológica; (8) Recuperação de nascentes.

Serão apoiados 140 projetos deste eixo, que serão elaborados em parceria com a comissão local comunitária que vai auxiliar os técnicos da Caritas na mobilização e formação dos grupos coletivos de produção e constituição dos fundos rotativos solidários a partir da devolução solidária dos projetos apoiados.

Devolução Solidária

Visando uma maior sustentabilidade dos projetos, o aumento da vida dos projetos e a multiplicação dos pães, as comunidades que tiverem projetos aprovados pelo fundo terão que constituir fundos solidários, a partir da devolução solidária dos recursos (financeiros ou não) que lhes forem apoiados. Sendo a gestão (regras de funcionamento e monitoramento, administração) destes fundos feita por pessoas das próprias comunidades, que também realizarão controle destas devoluções e do repasse para outras pessoas.

Exemplos de Fundos solidários que podem ser criados a partir da Devolução solidária dos projetos:

Projeto de Agroindústria: o grupo de produção recebe um projeto para compra de equipamentos e construção de uma agroindústria e a cada safra doa uma quantidade de produto para a associação que gere a agroindústria formar seu capital de giro.

Projeto de Apicultura: um grupo de produção recebe um projeto para implementação de um apiário e propõe como devolução solidária devolver após a safra caixas de abelha para outro grupo com o compromisso daquele que recebeu devolver para outro grupo.

Projeto de criação de Animais: o grupo de produção recebe um projeto para criação de animais, de frango caipira, ou porco caipira, ou bode, ou carneiro, e nas partições devolve um ou dois filhotes para outro grupo com o compromisso deles devolverem para um terceiro grupo e assim em diante.

Projeto de Horta Comunitária: o grupo de produção que recebe a horta se compromete a doar 20% da produção para famílias com mais dificuldades das comunidades vizinhas, ou a distribuir nos bairros mais pobres, nas creches, asilos e orfanatos da cidade

Projetos Culturais: o grupo de cultura que recebe o projeto se compromete fazer uma apresentação cultural de graça no mercado municipal de Conceição do Mato Dentro.

Projeto de Educação: o grupo que recebe o projeto se compromete em levar a proposta construída para outros grupos.

Esses são apenas exemplos, cada grupo que propuser um projeto deverá criar uma forma de devolução de acordo com realidade do seu projeto, e serão assessorados e acompanhados pelos técnicos dos programas e pela comissão local.

6.4-Meta- Coordenar acompanhar, monitorar e avaliar toda execução do programa

Para acompanhar a gestão e execução do programa contar-se-á com o Fórum Gestor do Programa. O Fórum se reúne durante toda a execução, sendo responsável por acompanhar o monitoramento e a avaliação das atividades propostas. É o Fórum que tem a responsabilidade de indicar as comunidades prioritárias serem contempladas pelo Programa, bem como definir critérios de seleção e exclusão.

A todo o momento os integrantes do Fórum Gestor do Programa podem procurar a entidade executora (Cáritas) para tirar dúvidas e esclarecimentos sobre a execução, garantindo uma gestão mais compartilhada e participativa.

Ao longo da execução, estão previstas 6 (seis) reuniões 2 (duas) por ano com 10 participantes cada, sendo assegurada despesas com hospedagem, alimentação e transporte. A composição do fórum gestor será de 10 pessoas entre representante da Cáritas do pólos (UFMG), Ministério público, EMATER local, Poder publico local e de lideranças comunitárias eleitas no seminário inicial do programa.

6.5-Meta 5-Fortalecimento da feira livre de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e São Joaquim, promovendo as feiras como um espaço de cultura, direitos e de cidadania.

Trabalhar a melhoria da feira livre destes municípios transformando – as num lugar de todas as trocas: de dinheiro, de cultura de bens e de informações de afeto de cidadania. O objetivo é estas feiras livres, sejam para além de ser o lugar das vendas, o ponto do encontro, da articulação política, das manifestações culturais, da amizade, do namoro, de reprodução da identidade e da cultura dos agricultores e agricultoras um espaço de cidadania e de esclarecimentos sobre os direitos da população.

7- Indicadores para os três anos de projetos

Metas	Indicadores quantitativos	Indicadores de Execução*	Meios de Verificação
Meta 1 Meta1-Prestar Assistência Técnica e Social (ATES) as 33 comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento técnico a implementação de 140 projetos. Realização de 2376 visitas técnicas durante os 3 anos de execução do projeto. Realização de 33 dias de campos. 	Projetos implementados e gerando renda para as famílias. Unidades produtivas funcionando.	Relatórios, lista de presença e fotos.
Meta 2 Meta 2 - Formação e capacitação das 33 comunidades envolvidas no programa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 3 seminários com 100 pessoas cada uma. Realização de 99 oficinas com 30 pessoas cada uma. Realização de 3 intercambio com 40 pessoas cada uma 	Realização de reuniões, seminários, encontros, oficinas, intercâmbios	Relatórios, lista de presença e fotos.
Meta 3 Meta 3 - Implantar e estruturar sistemas coletivos de produção agroecológica, com base em tecnologias sociais, e estimular o desenvolvimento de projetos	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar 180 projetos apoiando 33 comunidades rurais e 40 grupos urbanos Realizar 10 reuniões da comissão de 	Os 180 projetos instalados e funcionando	Os 180 projetos instalados e funcionando.

	culturais, esportivos e de lazer, por meio de um fundo de apoio a projetos produtivos, ambientais e de promoção dos direitos da criança e do adolescente	avaliação e aprovação dos projetos		
Meta 4	Meta4-coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar toda execução do programa	<ul style="list-style-type: none"> Realizar 6 reuniões do Fórum gestor do projeto 	Projeto monitorado e replanejado pelo Fórum Gestor do Projeto	Relatórios e fotos das reuniões.
Meta 5	Meta 5- Fortalecimento das feiras livres de Conceição do Mato Dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas. Promovendo elas a um espaço de promoção da cultura, de direitos e da cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> Produtos das 33 comunidades comercializados nas feiras. Produtos das 33 comunidades comercializados através de uma marca Regional. Apresentações culturais nas 3 feiras (conceição de mato dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas). 	<ul style="list-style-type: none"> Produtos das 33 comunidades sendo comercializados na feira através da marca aumentando a renda das famílias e garantindo consumo de qualidade a população de conceição do mato dentro, São Joaquim e Alvorada de Minas. 	Produtos das 33 comunidades embalados com suas respectivas marcas e os produtos sendo comercializado na feira.

***Indicadores de execução do projeto – São utilizados para monitorar a evolução da implantação dos produtos e serviços do projeto.*

8-Monitoramento e Avaliação.

O caráter aberto e participativo é princípio de gestão da caritas nas execuções de programas e projetos, visando uma maior exigência quanto à transparência e a eficiência dos mesmos.

O monitoramento das ações será centralizado pelo Fórum Gestor, cabendo-lhes a tarefa de aprovar os relatórios semestrais elaborados pela coordenação do Programa.

Para facilitar o monitoramento e avaliação deste programa vai ser realizada por uma universidade uma pesquisa nas comunidades participantes do projeto, tendo como objetivo,

demonstrar a situação inicial do projeto em relação a produção e a organização comunitária. Deste modo na avaliação final do projeto teremos como verificar quais as mudanças ocorridas, analisando a situação inicial e a situação atual.

Farão parte ainda do monitoramento os cadernos de acompanhamento, que serão utilizados para o registro das atividades locais, o andamento e as ocorrências da execução nas comunidades.

O trabalho continuado nestas comunidades durante 3 anos e as avaliações que vão ser realizadas durante a execução dos cursos que vão ser realizados anualmente em cada comunidade, também vão servir para o aprimoramento do programa ano a ano.

As avaliações serão realizadas e registradas após cada atividade, de modo que se possa ajustar e interferir no andamento dos processos a qualquer instante. Cabe a coordenação técnica propor e elaborar instrumentos de avaliação a serem aplicados nos seminários, cursos regionais, oficinas locais e no Fórum Gestor. Sistematizados estes dados devem guiar o planejamento e o replanejamento das atividades em curso.

9-DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A - DA COMISSÃO DE COMPRAS

Será constituída uma Comissão Permanente de Compras, composta por 03 (três) membros, do quadro funcional da instituição e sem vínculo com a execução do projeto, com o objetivo de analisar os processos de compras, verificar a conformidade das propostas, a compatibilidade de preços e julgar os processos de compras e ou serviços efetivados com recursos do projeto com a observância dos princípios da isonomia, da moralidade, da economicidade e da eficiência.

Para esta comissão não poderão fazer parte o Representante Legal e/ou Diretor da Entidade ou seu procurador, o responsável pela movimentação financeira da Entidade ou seu procurador, qualquer membro do Conselho Fiscal da Entidade e o do responsável pela solicitação de compras.

B - PROCESSO DE COMPRAS

Para execução financeira do projeto será adotado como procedimento padrão para as compras e contratação de serviços, um processo de compras composto dos seguintes procedimentos:

- I. Solicitação de compras e ou Serviços
- II. Cotação de preços com no mínimo três propostas;
- III. Solicitação de pagamento

OBS: O processo deverá ser organizado na sequência descrita no processo de compras acima e arquivado na sede da Entidade, ficando à disposição para averiguações, fiscalizações e auditorias internas ou externas.

C – PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E OU SERVIÇOS

- I. A solicitação de compra e ou serviços será obrigatória para aquisições efetuadas com valores acima de R\$ 2.500,01 (dois mil e quinhentos reais e um centavo);
- II. Para todas as compras e ou serviços até R\$ 800,00 (oitocentos reais) será dispensada, a critério da administração, a realização de cotação de preços;
- III. Para as compras e ou serviços de R\$ 800,01 (oitocentos reais e um centavo) até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), não será obrigatória a comprovação escrita da cotação de preços, devendo apenas ser elaborado um mapa de apuração das cotações, contendo todas as informações necessárias de, no mínimo, 03 (três) fornecedores;
- IV. Deverão ser aprovadas pelo Coordenador do Projeto, as compras e ou serviços superiores a R\$15.000,00;
- V. O responsável de cada área fica encarregado de monitorar a necessidade de compras e ou serviços, devendo informar a demanda à Coordenação Administrativa e Financeira da Caritas Regional MG;
- VI. A solicitação de compras e ou serviços deverá ser elaborada em formulário apropriado, impresso ou eletrônico e assinadas pelo responsável da área, indicando a descrição completa do item e a quantidade da compra e ou serviços;
- VII. Deverá conter prazo, local de entrega e validade da proposta;
- VIII. A partir de R\$ 2.500,01 (dois mil, quinhentos reais e um centavo), só serão aceitas as cotações escritas, devendo ser entregue com identificação do participante (nome, denominação social, razão social e CNPJ), devendo ser redigida no idioma Português, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datilografada, digitada ou preenchida em letra de forma, em papel timbrado ou papel com o carimbo de CNPJ do proponente, datada e assinada, que poderão ser enviadas por via postal ou correio eletrônico.
- IX. A WEB poderá ser utilizada como meio de pesquisa de preços e a impressão de página da internet que contenha preço também poderá ser considerada para comprovação da cotação.

D - DA DISPENSA DE COTAÇÕES DE PREÇOS

- I. A dispensa de 03 (três) cotações de preços para compras de valores iguais ou superiores a R\$ 800,01 (oitocentos reais e um centavo) só será permitida para os seguintes casos:
 - a. Compras e ou serviços emergenciais com autorização expressa do Representante Legal da entidade;

- b. Quando menos de 03 (três) fornecedores estiverem aptos a fornecer o material ou executar o serviço;
- c. Quando os fornecedores não atenderem a solicitação para a apresentação de propostas, casos em que a autorização para o processo deverá ser justificada de forma expressa e referendado pelo Representante Legal da entidade;

E - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- ✓ As propostas deverão ser julgadas pela Comissão de Compras;
- ✓ A documentação comprobatória da escolha do vencedor deverá ser anexada a uma ata a ser elaborada pela Comissão de Compras.
- ✓ Para cada processo de compra, deve ser elaborado um mapa de apuração de cotações de preços, indicando os fornecedores pesquisados, as condições comerciais de cada um e a opção do fornecedor;
- ✓ No caso de empate entre dois ou mais fornecedores, deverão ser utilizados os critérios de desempate na seguinte ordem: tempo de atuação da empresa no ramo de atividade, mediante apresentação de documentação comprobatória, maior prazo de validade de proposta e persistindo o empate será realizado um sorteio para escolha do vencedor, que poderá contar com a presença dos fornecedores interessados.
- ✓ No caso de desistência e/ou inabilitação do primeiro colocado, será emitido pela Comissão de Compras um novo Termo de Adjudicação declarando vencedor o segundo colocado e assim sucessivamente.

F – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- ✓ As despesas serão comprovadas através de documentos originais próprios, devidamente quitados (notas fiscais, notas fiscais-faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guias de recolhimento de encargos sociais ou de tributos) sempre constando o nome da Caritas Brasileira e CNPJ;
- ✓ Não serão aceitos documentos com rasuras e prazo de validade vencido;
- ✓ A Caritas Brasileira deverá manter escrituração contábil para o projeto, com balancetes e conciliações bancárias nos padrões das normas contábeis;
- ✓ Caberá a Caritas Brasileira, promover o arquivamento dos processos de pagamentos e das prestações de contas, que ficarão à disposição do MPMG.

9.1 DO GERENCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS - FUNDO

Serão observadas as regras estabelecidas para os processos de execução e prestação de contas financeiras, sendo que para o processo de gerenciamento dos fundos de apoio aos projetos, caberá ainda:

- ❖ Abertura de uma conta exclusiva para gerenciamento e liberação dos projetos;
- ❖ Cada projeto deverá ser apresentado com três orçamentos para os itens propostos, sendo que de acordo com o valor deverá ser observado a modalidade de compra estabelecida no item 9 deste projeto;
- ❖ Não serão repassados recursos financeiros diretamente as associações, igrejas, lideranças comunitárias e outros ligados aos projetos propostos, ficando a Caritas Brasileira na obrigação do pagamento direto ao fornecedor vencedor do processo de compras;
- ❖ As comunidades beneficiadas projetos receberão todos os produtos/itens apresentados na composição de seus respectivos projetos, diretamente no local indicado no ato da elaboração do projeto;
- ❖ A entrega dos componentes será de responsabilidade dos fornecedores e deverá constar esta responsabilidade na fase de elaboração do processo de compras, constando detalhadamente cada local de entrega dos mesmos;
- ❖ Todo e qualquer pagamento relacionado a aquisição dos componentes dos projetos serão repassados/pagos diretamente ao fornecedor vencedor do processo de compras;
- ❖ Após a implementação do projeto, o mesmo deverá ser numerado com uma placa contendo, número do projeto e Logomarcas do programa, do Ministério Público e da Caritas Brasileira;
- ❖ Todos os projetos serão mapeados, com suas Coordenadas GPS, específica para local onde a implementação será alocada;

Como produto final da implementação, os projetos terão um TERMO DE RECEBIMENTO da família e ou grupo apoiado, contendo neste termo foto, coordenadas de localização do projeto (GPS) e assinatura da família/grupo responsável pelo projeto

9.3-Da aquisição dos veículos

- I. Para dinamizar a atuação dos técnicos na execução do projeto serão adquiridos 3 carros e 4 motos, seguindo os princípios disposto no item 9.1;
- II. Todos os veículos deverão receber plotagem com logomarca do projeto e das Organizações executoras (Caritas Brasileira e Polos UFMG);
- III. Os veículos serão utilizados exclusivamente para execução do projeto;
- IV. A organização executora é responsável pela conservação e utilização dos veículos;
- V. É vedado a utilização dos veículos para fins pessoais;
- VI. Ao final da execução do projeto os veículos adquiridos serão incorporados ao patrimônio da Caritas Brasileira, com prévia autorização do Ministério Público logo após firmado e assinado este projeto.

Rodrigo Pires Vieira

Secretário Executivo

Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais